



MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ
CÂMARA MUNICIPAL

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ADJUDICAÇÃO:

**“PF 329/2017 - Aquisição de equipamento
Informático para a EB 2,3/S de Arcos de
Valdevez”**

Ajuste Direto

Valor base: 39.332,00 Euros

Caderno de Encargos

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro

(Código dos Contratos Públicos)

ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	2
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	2
Cláusula 1ª – Objeto	2
Cláusula 2ª – Contrato	2
Cláusula 3ª – Duração do contrato	2
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR	3
SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 4.ª – Obrigações principais do fornecedor	3
Cláusula 5.ª – Conformidade e operacionalidade dos bens	3
Cláusula 6.ª – Entrega dos bens objeto do contrato	4
Cláusula 7.ª – Inspeção e testes	4
Cláusula 8.ª – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	5
Cláusula 9.ª – Aceitação dos bens	5
Cláusula 10.ª – Garantia técnica	6
Cláusula 11.ª – Garantia de continuidade de fabrico	6
SUBSECÇÃO III – DEVER DE SIGILO	7
Cláusula 12.ª – Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 13.ª – Prazo do dever de sigilo	7
SECÇÃO II- OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	7
Cláusula 14.ª – Preço contratual	7
Cláusula 15.ª – Condições de pagamento	7
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	8
Cláusula 16.ª – Garantia de cumprimento contratual	8
Cláusula 17ª - Penalidades contratuais	8
Cláusula 18ª - Força maior	9
Cláusula 19ª - Resolução do contrato	10
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E SEGUROS	10
Cláusula 20ª - Execução da caução	10
Cláusula 21ª - Seguros	11
Cláusula 22ª - Patentes, licenças e marcas registadas	11
CAPÍTULO V – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	11
Cláusula 23ª - Foro competente	11
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS	11
Cláusula 24ª - Subcontratação e cessão da posição contratual	11
Cláusula 25ª - Comunicações e notificações	11
Cláusula 26ª - Contagem dos prazos	12
Cláusula 27ª - Legislação aplicável	12
PARTE II – CLAUSULAS TÉCNICAS	12
Cláusula 28.ª – Bens a adquirir	12
Cláusula 29ª - Local de entrega dos bens	12
Cláusula 30ª – Horário e prazo de entrega dos bens	12
Cláusula 31ª - Acompanhamento	13
Cláusula 32ª – Faseamento da entrega dos bens	13
ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	14

Em tudo o omissos no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável.

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª - Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **‘PF 329/2017 - Aquisição de equipamento Informático para a EB 2,3/S de Arcos de Valdevez’** de acordo com as características e especificações técnicas definidas no presente caderno de encargos.
2. O objeto do contrato abrange ainda os serviços acessórios de transporte, montagem e colocação em funcionamento dos bens.
3. A densificação do objeto das prestações objeto do contrato consta no presente Caderno de Encargos e ANEXO I, do qual faz parte integrante.

Cláusula 2ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicatária;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª - Duração do contrato

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da entrega dos bens ao contraente público, que se prevê ocorrer num prazo máximo de 10 meses, em conformidade com os respetivos termos e condições do Caderno de Encargos, proposta do adjudicatário e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do fornecedor

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;

b) Obrigação de garantia dos bens;

c) Obrigação de continuidade de fabrico;

d) Obrigação de prestar e cumprir as condições fixadas para o fornecimento, nomeadamente:

d1) Obrigação de assumir a responsabilidade por eventuais danos causados nos equipamentos e outros bens existentes nas instalações **da EB2,3/S de Arcos de Valdevez**, bem como quaisquer outros resultantes das atividades inerentes ao fornecimento;

d2) Obrigação de prestar à Entidade Adjudicante, ou à entidade por ela designada, em qualquer tempo na pendência do fornecimento, as informações e esclarecimentos relativos ao mesmo, prestados no âmbito do contrato a celebrar, em conformidade com as cláusulas do presente caderno de encargos;

d3) Entregar ao Entidade Adjudicante, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a conclusão do fornecimento e instalação, os seguintes documentos: especificações técnicas do equipamento com desenho, dimensões, materiais e acabamentos, bem como manuais ou guias do utilizador;

d4) Obrigação de responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do adjudicatário.

2. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao bom funcionamento dos equipamentos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª - Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizadas para os fins a que se destinam e dotadas de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável perante a Entidade Adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.ª - Entrega dos bens objeto do contrato

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues na área do Concelho de Arcos de Valdevez, no(s) local(ais) e prazos indicados nas Clausulas Técnicas.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar todos os documentos em língua portuguesa, a efetuar todas as demonstrações e a fornecer todas as explicações, que sejam necessárias para uma adequada e uma integral utilização e funcionamento daquelas.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e com a respetiva montagem, instalação e colocação em funcionamento são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 7.ª - Inspeção e testes

1. Feita a entrega, montagem e instalação dos bens objeto do contrato, a Entidade Adjudicante, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais constantes do **Anexo I**, do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre os bens entregues, sendo efetuada através testes adequados para o efeito.
3. Durante a fase de realização de testes, o fornecedor deve prestar à Entidade Adjudicante, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 8.ª - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. Após a verificação referida na cláusula anterior, a Entidade Adjudicante pode:
 - a) Receber os bens;
 - b) Devolver excedentes;
 - c) Solicitar a entrega dos bens em falta;
 - d) Rejeitar os bens por apresentarem deficiência de qualidade;
 - e) Aceitar os bens mediante condição de, após exame posterior ou durante a utilização dos mesmos, serem comprovadas as características exigidas.
 - f) No caso previsto na alínea d), o fornecedor fica obrigado à sua imediata substituição, continuando, para efeitos de aplicação de sanções, a correr a contagem do prazo de entrega, desde a data da encomenda até à finalização do fornecimento de acordo com as condições exigidas.
2. Todos os encargos decorrentes da substituição, devolução ou destruição dos bens que tenham sido objeto de rejeição, serão da exclusiva responsabilidade do fornecedor.
3. A rejeição dos bens disponibilizados nos termos do presente artigo não confere ao fornecedor o direito a qualquer indemnização.
4. A rejeição dos bens por parte da entidade adjudicante pode conferir-lhe o direito a ser indemnizada pelos custos incorridos e pelos danos sofridos.
5. O fornecimento de bens em quantidade inferior à encomenda ou com qualidade insuficiente, suspenderá a faturação e correspondente pagamento até que a situação em causa se encontre regularizada.

Cláusula 9.ª - Aceitação dos bens

1. Caso os testes a que se refere a cláusula 7.ª do presente Caderno de Encargos comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do fornecedor e da Entidade Adjudicante. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a Entidade Adjudicante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
2. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Anexo I** ao presente caderno de encargos.

Cláusula 10.ª - Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina a contratação pública, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo indicado na sua proposta, de ____ anos (*) a contar da data da assinatura do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I - Especificações Técnicas** ao presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

() [a preencher no termo contratual com o período de garantia que constar da proposta adjudicada e correspondente a um aspeto da execução do contrato não submetido à concorrência cujo número de anos não pode ser inferior a 2 (dois) anos, nos termos do nº 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 67/2003, 8 de abril.]*

2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g) A mão-de-obra;
 - h) A intervenção no dia útil seguinte à comunicação da ocorrência e nas instalações do cliente.
3. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias.
4. No caso de ser ultrapassado o prazo estabelecido no ponto anterior, o fornecedor obriga-se a entregar equipamento de substituição de características idênticas ao avariado, pelo período necessário à reparação.

Cláusula 11.ª - Garantia de contituidade de fabrico

O fornecedor deve assegurar que o fabricante se compromete a garantir, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, a disponibilização de qualquer peça que permita a substituição/reparação dos bens propostos.

Subsecção III - Dever de sigilo

Cláusula 12.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladores ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 13.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II- Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 14.ª - Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 15.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 60 dias após a receção pela Entidade Adjudicante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, devendo ser emitida uma fatura por cada requisição efetuada pela Entidade Adjudicante ou de harmonia com a discriminação que venha a ser determinada.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção respetivo.

3. Em caso de discordância, por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou de transferência bancária.
5. Para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, e no caso de não ser exigida a prestação da caução, poderá a Entidade Adjudicante, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do nº 3 do artigo 88º do CCP.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 16.ª - Garantia de cumprimento contratual

1. A Entidade Adjudicante pode proceder à retenção de 10% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especialmente previstos no contrato ou na lei.
2. Em função da natureza do contrato e o seu valor, pode ser dispensada a prestação de caução pelo adjudicatário, de acordo com o n.º 2 do artigo 88.º do código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Cláusula 17ª - Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato do contrato:
 - a1) Até 8 dias além do prazo de entrega dos bens previstos na respetiva fase, a penalidade será de **0,50%** do valor do contrato, por cada dia de atraso;
 - a2) Entre os 9 e 20 dias além do prazo de entrega dos bens previstos na respetiva fase, a penalidade será de **1,00%** do valor do contrato, por cada dia de atraso;
 - a3) Após 21 dias de atraso além do prazo de entrega dos bens previstos na respetiva fase, a penalidade será de **1,50%** do valor do contrato, por cada dia de atraso;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 15 dias seguidos a contar da notificação, a penalidade será de **1%**, por cada dia em falta.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a Entidade Adjudicante poderá exigir-lhe uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a 20% do preço contratual, nos termos do artigo 329.º do CCP.

3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas, nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 18ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19ª - Resolução do contrato

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, os contratantes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a **2 (dois) meses** ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso respetivo excederá esse prazo;
 - b) Se os bens fornecidos não corresponderem às características e especificações técnicas estabelecidas neste Caderno de Encargos;
 - c) Quando houver recusa expressa no pagamento das penalidades.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante notificação enviada ao Fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.
4. A resolução do contrato produz efeitos trinta (30) dias após a receção da respetiva notificação.
5. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte da Entidade Adjudicante com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

CAPITULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 20ª - Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pela Entidade Adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela Entidade Adjudicante não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o fornecedor na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de **10 dias** após a notificação da Entidade Adjudicante para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 21ª - Seguros

1. É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) Seguro de acidentes pessoal para os trabalhadores a afetar ao fornecimento dos bens.
 - b) Seguro de responsabilidade civil no âmbito do procedimento em causa.
2. A Entidade Adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo de **5 dias**.

Cláusula 22ª - Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do fornecedor quaisquer encargos decorrentes da utilização ou fornecimento de marcas registadas, patentes ou licenças.
2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o fornecedor indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 23ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 24ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da respetiva posição contratual depende, em qualquer causa, da autorização escrita da Entidade Adjudicante.

Cláusula 25ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26ª - Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos para a execução do contrato são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e dias feriados.
2. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1º dia útil seguinte.

Cláusula 27ª - Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos e seus anexos, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável.

PARTE II - CLAUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 28.ª - Bens a adquirir

1. As quantidades dos bens a adquirir por lote são as constantes nas listas disponibilizadas na plataforma eletrónica.
2. Os bens objeto do contrato devem cumprir com as normas nacionais e europeias no seu fabrico, certificado de acordo com as normas definidas pelo Ministério da Educação.

Clausula 29ª - Local de entrega dos bens

O local para a entrega e montagem dos bens objeto deste contrato é o seguinte:

EB 2,3/S de Arcos de Valdevez
Rua Dr. Joaquim Carlos da Cunha Cerqueira
4970-952 Arcos de Valdevez
Portugal

Cláusula 30ª - Horário e prazo de entrega dos bens

1. Os bens deverão ser entregues e montados no horário das 08:30 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.
2. A entrega dos bens é faseada, de acordo com o faseamento estipulado na cláusula 32ª.
3. O prazo de entrega e montagem dos bens, a contar da data de receção do pedido de fornecimento, é no máximo de 10 dias;
4. Este prazo considera ainda a entrega de toda a documentação técnica que acompanha o objeto do fornecimento, a sua montagem no local previsto, o seu ensaio operacional bem como a formação básica necessária para o seu normal funcionamento e manutenção.

Clausula 31ª - Acompanhamento

1. A Entidade Adjudicante pode aceder, livremente e a todo o momento, a qualquer fase de execução dos trabalhos de montagem sempre que considere relevante para o acompanhamento dos trabalhos do fornecedor e para assegurar a compatibilidade do produto final com os objetivos inicialmente estabelecidos.
2. A Entidade Adjudicante poderá, em qualquer altura, designar um colaborador ou uma entidade para acompanhar os trabalhos do fornecedor.

Cláusula 32ª - Faseamento da entrega dos bens

1. A entrega e montagem dos bens será executada em 2 fases. As datas previsíveis para cada uma destas fases são as seguintes:

Fase	Edifício / Bloco	Data previsível de entrega
1ª Fase	Bloco 2 e 3	Setembro 2017
2ª Fase	Bloco 1	Dezembro 2017

2. As quantidades a entregar em cada uma das fases são as que a seguir se indicam para cada lote.

Ref.	Artigo	Quantidade Total	Quantidade a entregar por fase	
			1ª Fase	2ª Fase
1	Equipamento Informático - HARDWARE			
1.1	Computadores para mesas de professor em Salas de Aulas Normais e Específicas			
1.1.1	Computador de secretaria (i5)	44	24	20
1.1.2	Monitor 19.5"	44	24	20
1.2	Computadores para Sala de Oficina de TIC			
1.2.1	Computador de secretaria (i5)	4		4
1.2.2	Monitor 19.5"	4		4
1.2.3	Switch PoE	4		4
1.3	Computadores para Salas de Desenho e Ed. Tecnológica			
1.3.1	Computador de secretaria (i7)	4		4
1.3.2	Monitor 24"	4		4
1.4	Computadores para Sala Multimédia			
1.4.1	Computador de secretaria (i7)	6	6	
1.4.2	Monitor 24"	6	6	
2	Equipamento Informático - SOFTWARE			
2.1	Sistema Operativo	58	30	24

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Ref.	Artigo	Especificações Técnicas (Requisitos Mínimos)
1	Equipamento informático - HARDWARE	
1.1	Computadores para mesa de professor em Salas de Aulas Normais e Específicas	
1.1.1	Computador de secretaria (i5)	<p>PC DESKTOP com as seguintes características e componentes mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Motherboard MSI - H110M Pro VH - Intel H110, LGA 1151, DDR4 (Dual Channel), MicroATX, ou equivalente; b) Processador do tipo Intel core i5 6400 2,7 GHZ, 6MB cache, LGA 1151 ou equivalente; c) Memória 4GB DDR4, 2133MHZ ou equivalente; d) Disco mínimo SSDNow A400 SATA 3 2.5 120gb (7mm) e) Placa Gráfica dedicada de 2GB, DDR3, 64bits, PCIE 2.1 ou equivalente; f) Teclado e rato com fio; g) Caixa do tipo Unika MicroATX UK-6023 300W 85% Eficiência USB 3.0, ou equivalente;
1.1.2	Monitor 19,5"	Monitor de 19.5" tipo Acer V6 - 50cm (19.5") Wide 5ms 100M:1 ACM 200nits MPRII Ecodyisplay ou equivalente;
1.2	Computadores para Sala de Oficina de TIC	
1.2.1.	Computador de secretaria (i5)	<p>PC DESKTOP com as seguintes características e componentes mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Motherboard MSI - H110M Pro VH - Intel H110, LGA 1151, DDR4 (Dual Channel), MicroATX, ou equivalente; b) Processador do tipo Intel core i5 6400 2,7 GHZ, 6MB cache, LGA 1151 ou equivalente; c) Memória 4GB DDR4, 2133MHZ ou equivalente; d) Disco mínimo SSDNow A400 SATA 3 2.5 120gb (7mm) ou equivalente; e) Placa Gráfica dedicada de 2GB, DDR3, 64bits, PCIE 2.1 ou equivalente; f) Teclado e rato com fio; g) Caixa do tipo Unika MicroATX UK-6023 300W 85% Eficiência USB 3.0, ou equivalente;
1.2.2	Monitor 19,5"	Monitor de 19.5" tipo Acer V6 - 50cm (19.5") Wide 5ms 100M:1 ACM 200nits MPRII Ecodyisplay ou equivalente;
1.2.3	Switch PoE 24 Portas Rack	<p>Switch tipo Cisco ou equivalente, administrado com mínimo de 24 Portas montagem em rack ou sobre a mesa, com as seguintes características mínimas:</p> <p>26 portas - Administrado - montável em trilho;</p> <p>Gigabit Ethernet Portas 24x 10/100/1000 + 2 x combo Gigabit SFP;</p> <p>Power Over Ethernet (PoE) PoE;</p> <p>Capacidade de comutação:38.69 Mpps;</p> <p>Desempenho de transferência (tamanho do pacote 64-byte):52 Gbps;</p> <p>Dimensão da tabela de endereços MAC: 8.000 entradas;</p> <p>Suporte de Frame Jumbo</p> <p>Protocolo de gestão remota: RMON,HTTP,TFTP</p>

		Comutação de Layer 2; Padrões de Conformidade: IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3z, IEEE 802.1D, IEEE 802.1Q, IEEE 802.3ab, IEEE 802.1p, IEEE 802.3af, IEEE 802.3x, IEEE 802.3ad (LACP), IEEE 802.1w, IEEE 802.1x
1.3	Computadores para Sala de Desenho e Ed. Tecnológica	
1.3.1.	Computador de secretaria (i7)	PC DESKTOP com as seguintes características e componentes mínimos: a) Motherboard MSI - H110M Pro VH - Intel H110, LGA 1151, DDR4 (Dual Channel), MicroATX, ou equivalente; b) Processador do tipo Intel i7 6700 3,4 GHZ, 8MB cache, LGA 1151 ou equivalente; c) Memória 8GB DDR4, 2133MHZ ou equivalente; d) Disco mínimo SSDNow KC400 SSD 256GB SATA 3 2.5 (7mm) ou equivalente; e) Placa gráfica dedicada 4GB DDR3 PCI-E 2.0 ou equivalente; f) Teclado e rato com fio; g) Caixa do tipo MicroATX UK-6023 300W 85% Eficiência USB 3.0 ou equivalente;
1.3.3	Monitor de 24"	Monitor de 24" Wide, 5ms 100M:1 LED DVI com Eco display ou equivalente;
1.4.	Computadores para Sala Multimédia	
1.4.1	Computador de secretaria (i7)	PC DESKTOP com as seguintes características e componentes mínimos: a) Motherboard MSI - H110M Pro VH - Intel H110, LGA 1151, DDR4 (Dual Channel), MicroATX, ou equivalente; b) Processador do tipo Intel i7 6700 3,4 GHZ, 8MB cache, LGA 1151 ou equivalente; c) Memória 8GB DDR4, 2133MHZ ou equivalente; d) Disco mínimo SSDNow KC400 SSD 256GB SATA 3 2.5 (7mm) ou equivalente; e) Placa gráfica dedicada 4GB DDR3 PCI-E 2.0 ou equivalente; f) Teclado e rato com fio; g) Caixa do tipo MicroATX UK-6023 300W 85% Eficiência USB 3.0 ou equivalente;
1.4.2	Monitor de 24"	Monitor de 24" Wide, 5ms 100M:1 LED DVI com Eco display ou equivalente;
2	Equipamento informático - SOFTWARE	
2.1	Sistema Operativo	Sistema operativo do tipo Windows 10 Pro 64Bit PT ou equivalente;

Arcos de Valdevez, 31 de agosto de 2017.

O Presidente da Câmara,

Dr. João Manuel do Amaral Esteves